

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

## ALGUMAS TENDÊNCIAS DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS APÓS O FIM DA GUERRA FRIA

Armando Amorim Ferreira Vidigal\*

### Resumo

Desde o fim da Guerra Fria diversas tendências podem ser identificadas na política externa dos EUA. Apesar dessa aparente diversidade, alguns aspectos permanecem constantes, qualquer que seja a tendência analisada: a crença no "destino manifesto" dos EUA para trazer ao mundo a democracia e os valores morais dos Pais Fundadores. Essa crença tem como corolário a necessidade de proteger a sociedade americana de qualquer ameaça que se interponha entre ela e a sua missão "divina", mesmo que para isso seja preciso sacrificar os direitos humanos e os direitos civis.

**Palavras-Chave:** Política Externa, Democracia Norte-Americana.

### Abstract

This paper analysis the different tendencies of USA foreign policy since the end of cold war. However, although the differences are sometimes important, they are more of method than of concept. There is a common belief that United States has a "manifest destiny": to bring democracy and the moral principles brought for the Foundering Fathers to the world. A consequence is the faith that the United State security is above all other considerations, even human and civil rights.

**Key words:** Foreign Affairs, North-American Democracy.

\* Armando Amorim Ferreira Vidigal é Vice-Alte (Ref) da Marinha brasileira. É membro do Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP, do Centro de Estudos de Política e Estratégia da Escola de Guerra Naval e do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.

Recebido para publicação em 17/05/2006. Aprovado em 13/12/2006.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

## 1. Introdução

O fim da Guerra Fria assinala o início de um novo período na política externa americana caracterizado pela incontestada hegemonia dos EUA no cenário mundial.

É natural que diversas tendências surgissem dentro do país ao fim da “era das certezas” – sabia-se quem era o inimigo, conheciam-se as suas capacidades, não se tinha dúvidas sobre suas intenções – cada tendência representando uma determinada visão estratégica, embora, como vamos procurar demonstrar, todas convergindo para um mesmo objetivo político: a continuidade, pelo maior tempo possível, da supremacia americana, em especial em termos políticos, militares e econômicos, de forma a garantir a maior segurança possível aos Estados Unidos. Em síntese, embora os caminhos para se chegar a esse objetivo variem, o objetivo final é sempre o mesmo: conservadores ou liberais, intervencionistas ou isolacionistas, unilateralistas ou multilateralistas, de direita ou de esquerda, todos coincidem no objetivo político só divergindo quanto à melhor estratégia para alcançá-la.

Isto não representa algo novo na história americana. Em cada período, embora predominando ora uma ora outra combinação dessas tendências, sempre houve uma continuidade em termos de uma política externa que combinava os altos ideais dos pais fundadores com os interesses vitais dos EUA. A ideia do “destino manifesto”, a guerra para a “libertação” de Cuba, Porto Rico e Filipinas; os 14 pontos de Wilson; o isolacionismo do período entre-guerras; a guerra contra o nazismo e o fascismo; a luta contra o comunismo internacional, representam uma prova desta continuidade histórica que, basicamente, envolve uma guerra permanente entre o império do bem e o império do mal à luz do interesse nacional dos EUA. A convicção na superioridade moral da América tem sido a inspiração da política externa dos Estados Unidos e o elemento que lhe dá coerência.

O 11 de setembro de 2001, como era de se prever, aumentou a preocupação com a segurança reforçando a sua posição como principal elemento orientador da política externa dos EUA – afinal, os atentados expuseram a vulnerabilidade do país – fazendo, em consequência, que os piores aspectos da cultura americana aflorassem. A negação dos valores que grangearam para os EUA a admiração e o respeito do mundo civilizado assinala a vitória moral de Osama bin-Laden, de muito mais valor que os danos materiais resultantes dos atentados.

Há, como este artigo pretende mostrar, tendências dentro da sociedade americana que não aceitam a atual orientação da política externa. Divergência quanto à estratégia, não quanto

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

aos objetivos. A possibilidade existe de, no futuro não muito distante, essas tendências voltarem a predominar e “a liderança amena” terá vez, o que, pelo menos, dará uma oportunidade para a persuasão em substituição à imposição.

## 2. De George H. Bush a George W. Bush

A Primeira Guerra do Golfo (1990-1), primeiro grande evento político-estratégico após o fim da Guerra Fria, assinala o início da tentativa dos Estados Unidos de estabelecer uma nova ordem em que liderariam coalizões multinacionais sob os auspícios das Nações Unidas. Este conceito, porém, encontrou forte oposição doméstica, especialmente por parte dos conservadores que se preocupavam com o fato de os EUA estarem ligando exageradamente os seus interesses e a sua segurança ao multilateralismo e, em particular, às Nações Unidas; já para os liberais, e os progressistas em geral, o conceito de uma nova ordem mundial estava demasiado ligado à ação militar e aos conceitos tradicionais de segurança nacional – ao ideário realista, em síntese.<sup>1</sup>

A Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, de novembro de 1991, já depois da vitória sobre o Iraque mas ainda antes da dissolução da União Soviética, que ocorreria em dezembro desse ano, reflete a ambigüidade do período:<sup>2</sup> a “principal ameaça” era o tráfico de drogas, seguindo-se outras ameaças em que o papel do poder militar era nulo ou muito reduzido, como a poluição ambiental, as migrações ilegais, a violação aos direitos humanos, a proliferação das armas de destruição em massa e dos seus veículos lançadores. O terrorismo não era mencionado, só vindo a sê-lo mais tarde, já na administração Clinton.

A derrota de George H. Bush na postulação por um segundo mandato reflete a insatisfação da sociedade americana, inclusive em relação à condução da política externa. No governo Clinton, o “**multilateralismo afirmativo**” de Madeleine Albright foi uma tentativa de definir uma grande estratégia para os EUA. Os parâmetros que guiaram a política externa nesses oito anos de governo, que podem ser chamados de “**engajamento construtivo**”, estabeleciam que “**laços diplomáticos mais estreitos e, principalmente, econômicos, facilitados pela globalização, deveriam ser os instrumentos principais para garantir a paz e a segurança.**”<sup>3</sup>

<sup>1</sup> “Toward a New Grand Strategy for U.S. Foreign Policy”, Tom Barry, “International Relations Center (IRC)”, December, 13, 2004, 10p. – www.crc.online.org

<sup>2</sup> “A Missão das Forças Armadas para o Século XXI”, Armando A.F. Vidigal – VAlte (Ref), Revista Marítima Brasileira (separata 2004) – Expressões da Consciência Marítima Brasileira Contemporânea, pág. 13-27.

<sup>3</sup> Barry, op.cit.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Durante esses dois governos – os quatro anos de George H. Bush e os oito de Bill Clinton – um conceito surgiu como nova componente da política externa americana: as intervenções humanitárias, isto é, intervenções militares nos estados em que o governo é incapaz de proteger minorias étnicas, religiosas ou de outra natureza, contra a violência de grupos majoritários, havendo evidências de genocídio. No governo de Bush, houve intervenção deste tipo na Somália, e no de Clinton, na Bósnia, Kosovo e Haiti.<sup>4</sup>

As intervenções na Bósnia e no Kosovo, onde não houve aquiescência do Conselho de Segurança, marcam um enrijecimento da política externa americana, embora a participação da OTAN tenha amenizado o unilateralismo, mais na Bósnia do que no Kosovo.

Tendo começado sem uma clara legitimidade, acreditava-se que a administração de George W. Bush manteria um perfil discreto na política externa. Os atentados de 11 de setembro de 2001, porém, alteraram completamente o quadro, criando as condições políticas para uma nova estratégia mais condizente com os neoconservadores que assumiram o poder com W. Bush.

A nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, de setembro de 2002, estabelece como prioridade a guerra contínua e total contra o terrorismo internacional. Os Estados Unidos assumem sua condição de potência hegemônica, sua disposição de agir isoladamente, isto é, sem o beneplácito do Conselho de Segurança e mesmo sem o apoio de seus aliados mais tradicionais, sempre que se julgarem ameaçados.<sup>5</sup>

A defesa dos EUA contra o terrorismo será feita

*“... defendendo os Estados Unidos o povo americano e nossos interesses no território nacional e além-mar, pela identificação e destruição da ameaça antes que ela chegue às nossas fronteiras. Os Estados Unidos esforçar-se-ão constantemente para arregimentar o apoio da comunidade internacional, embora nós não hesitemos em agir sozinhos, se necessário, para exercer o nosso direito de auto-defesa agindo pré-emptivamente contra tais terroristas ...”<sup>6</sup>*

Esses parâmetros fixados na nova Estratégia não foram, entretanto, concebidos como uma resposta ao desafio representado pelo terrorismo. Eles datam da década de 90, tendo os atos

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> “A Nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América”, Armando Vidigal, RMB (01/03): 49-99, jan-mar 2003.

<sup>6</sup> “The National Security Strategy of the United States”, The White House, September 2002, 31p., Seção III.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

terroristas de setembro de 2001 apenas criou as condições políticas para a sua implementação. Pelos menos três documentos comprovam essa afirmativa: o ensaio de Charles Krauthammer, “Toward a Unipolar World”, de 1990; o texto preliminar do documento “Defence Policy Guidance”, de 1991, do qual o principal autor foi Paul Wolfowitz; e os depoimentos e documentos constantes do “Project for the New American Century”, de William Kristol e Robert Kagan, de 1997.<sup>7</sup>

A concepção estratégica que inspirou a Estratégia de 2002 – por alguns chamada de Doutrina Bush – gerou enormes debates e muitos desacordos, tanto entre a direita como entre a esquerda. Os defensores do isolacionismo à direita, e os progressistas anti-guerra à esquerda, condenaram a nova estratégia como imperialista. Os neoconservadores que não fazem parte da equipe de W. Bush, embora aplaudindo os novos rumos da política externa, pressionaram o governo, por meio de suas publicações e de seus institutos de estudos políticos, para ser mais agressivo e ambicioso na implantação da grande estratégia baseada na supremacia americana. O partido democrata, embora criticando a metodologia da administração Bush, não discordou da essência da política e dos métodos usados, como parece indicar a quase nenhuma oposição à invasão e ocupação do Iraque.<sup>8</sup>

A enorme popularidade de Bush após os atentados de setembro – de meros 50% de aprovação, o seu governo passou a ter o apoio de 90% da população, um recorde nacional – contribuiu, no meu entender, para inibir a oposição à Bush. Num regime democrático, ir contra a opinião pública é um risco que, em geral, os políticos não querem correr.

Há muito debate na sociedade americana sobre a nova estratégia, com pronunciamentos tanto a favor – e há até, como vimos, os que a querem mais agressiva e ambiciosa – como contra. A discussão é fundamental pois ela vai definindo a política externa americana e, conseqüentemente, a estrutura mundial de poder, nesse período em que a hegemonia dos EUA em todos os campos do poder determina as regras do jogo internacional.

A análise que se segue apresenta algumas das principais concepções para a formulação da política externa dos EUA, tanto as variantes do grupo conservador como as do grupo liberal e, até mesmo, uma visão de centro-esquerda.

<sup>7</sup> Barry, op.cit.

<sup>8</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

### 3. Os Neoconservadores

#### 3.1 – À Direita de George W. Bush

Frank Gaffney, presidente do “Center for Security Policy”, de tendências neoconservadoras, atribui a seu grupo e seus aliados **“a modelagem deste assombroso triunfo das virtudes e valores americanos”** que foi a reeleição de George W. Bush para um segundo mandato.<sup>9</sup>

O grupo que ele representa, por não fazer parte dos que têm mais influência sobre o governo, critica alguns aspectos da política externa do país e, como é natural, sem as limitações que a realidade de governar impõe, é mais radical que os que têm a responsabilidade de governar o país (algo semelhante ao que ocorre no Brasil em relação ao grupo mais à esquerda do Partido dos Trabalhadores).

Para Gaffney, pessoas como Donald Rumsfeld, Dick Cheney, Elliot Abrahams, Paul Wolfowitz, I. Lewis Libby e Paula Dobrianski que, como Gaffney, tomaram parte no “Project for the New American Century (PNAC)”, **“ajudaram o Presidente a imprimir valores morais na política de segurança americana de uma forma e numa extensão inexistente desde a primeira gestão de Ronald Reagan.”**<sup>10</sup>

Desde os últimos anos da década de 70, o campo neoconservador vem advogando uma política externa baseada no poder militar e princípios morais. A Declaração de Princípios de 1997 do PNAC, organização com grande credibilidade por ter dado, no primeiro mandato de Bush, um projeto para uma nova política externa e uma nova política do emprego do poder militar, está repleta de referências a valores e princípios.<sup>11</sup>

O Presidente Bush tem lançado mão do valor moral supremo – a liberdade – **“como o marco fundamental de sua estratégia para derrotar os inimigos islamofacistas.”**<sup>12</sup>

Há uma associação estratégica da agenda neoconservadora, cujas políticas externa e militar são radicais, com os valores tradicionais judaico-cristãos. Institutos neoconservadores, como o “Institute for Religion and Democracy (IRD)”, “Ethics and Public Policy Center” e “Empower America”, têm forjado, com sucesso, estreitos laços de trabalho entre os

<sup>9</sup> “Worldwide Value” Frank Gaffney, “National Review Online”, November 5, 2004, 2p.  
<http://www.nationalreview.com/gaffney/gaffney200411051020.asp>

<sup>10</sup> Barry, op.cit.

<sup>11</sup> Ibidem.

<sup>12</sup> Gaffney, op.cit.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

tradicionalistas em moral e os ideólogos neoconservadores. Temas como casamento de gays, pesquisas sobre células-tronco e direito à vida (condenação de qualquer forma de eutanásia e de aborto) são centrais nessa associação.

Configura-se assim um “fundamentalismo ocidental” em que os valores do Ocidente são os únicos aceitáveis e devem ser impostos, pela doutrinação, se possível, pela coersão, se necessário.

As recomendações de Gaffney para o segundo mandato de Bush refletem essa disposição em fazer pleno uso do poder militar sob o manto inspirador dos valores morais da sociedade americana:<sup>13</sup>

- a eliminação dos santuários, como Fallujah, utilizados no Iraque pelos inimigos da liberdade, é uma pré-condição necessária não apenas para a realização de eleições mas, também, para o estabelecimento de instituições essenciais para o funcionamento e o aperfeiçoamento de uma democracia estável;

- a mudança de regime, de uma forma ou de outra, no Irã e na Coreia do Norte, é a única esperança de impedir que esses estados, remanescentes do “eixo do mal”, realizem suas aspirações nucleares e terroristas;

- a necessidade de prover recursos substancialmente maiores para a atualização e aperfeiçoamento da capacidade militar do EUA, tendo em vista a transformação tecnológica que está proporcionando a Revolução em Assuntos Militares (RAM) ora em curso, assim como para a reconstrução da capacidade de inteligência americana baseada, principalmente, em recursos humanos, abandonando a política atual de contar especialmente com equipamentos tais como satélites espões, escutas eletrônicas, etc.

- a garantia, na maior escala possível, de proteção para o território nacional dos EUA, incluindo a adoção de políticas eficazes para a guarda das fronteiras e para impedir a entrada no país de estrangeiros ilegais, além do estabelecimento de defesas eficazes contra mísseis (sem dúvida, uma referência à guerra nas estrelas);

- a manutenção do apoio dos EUA a Israel, cuja destruição permanece uma prioridade para o mesmo pessoal que quer destruir os EUA (e pelas mesmas razões, isto é, os “valores morais” que EUA e Israel compartilham), especialmente após a morte de Yasser Arafat e

<sup>13</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

às inevitáveis pressões pós-eleições para os americanos solucionarem o problema do Oriente Médio forçando os israelenses a abrirem mão de fronteiras defensáveis;

- oposição à dinâmica que tornou a França e a Alemanha tão problemáticas na primeira gestão de George W. Bush, fazendo causa comum com os inimigos dos EUA para obter vantagens financeiras e para tentar opor uma Europa unida, além de outras instituições e mecanismos internacionais, aos EUA, com o objetivo de frustrar a aplicação e expansão do poder americano onde necessário;

- emprego de estratégia adequada para se opor às crescentes práticas comerciais fascistas e políticas militares da China, ao cada vez maior autoritarismo de Vladimir Putin na Rússia e sua agressividade em relação às antigas repúblicas soviéticas, ao expansionismo mundial do **“islamofacismo”** e, finalmente, ao surgimento de regimes anti-americanos na América Latina (sem dúvida, uma referência a Cuba e à Venezuela).

Gaffney conclui dizendo que seguindo essa orientação

**“o Presidente George W. Bush não estará fazendo apenas o mundo menos perigoso para a América e para os seus interesses vitais. Ele também estará fazendo isso de uma forma consistente com os valores morais de nosso país, matéria prima de que a história – e não apenas de eleições e presidências consequentes – é feita.”<sup>14</sup>**

### 3.2 – O Realismo Democrático

A implosão do bloco soviético, no final da década de 80 e princípio da década de 90, deixou o grupo neoconservador nos EUA sem referências. Após décadas de exigir a adoção de uma política externa mais agressiva para derrotar o comunismo, eles viram-se subitamente sem esta motivação básica.

Inicialmente, houve uma divisão no campo neoconservador, formando-se duas correntes de opinião, dois grupos de debate de idéias, o que, entretanto, não pode ser comparado à formação de duas facções políticas em confronto. O debate concentrou-se na questão do que

<sup>14</sup> Ibidem



Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

deveria guiar a política externa do país: o realismo (idéia defendida pelos neorealistas) ou o idealismo (conceito defendido pelos globalistas democráticos).<sup>15</sup>

Os neorealistas, liderados por personalidades como Jeanne Kirkpatrick e Irving Kristol, advogaram uma política externa mais realista e ligada de perto aos interesses nacionais dos EUA. Por outro lado, os globalistas democráticos, sob a liderança de Ben Wattenberg e Joshua Muravchik, defendiam uma política externa mais idealista que, fazendo uso da incontestável superioridade militar dos EUA, deveria influenciar a difusão da democracia, do livre comércio e dos valores americanos por todo o mundo.

Enquanto se processava essa polêmica, um outro grupo de neoconservadores, entre os quais Paul Wolfowitz, I. Lewis Libby e Zalmay Khalilzad, todos estrategistas e analistas militares do Ministério da Defesa, procuravam uma terceira via. Embora não se opusessem basicamente ao ponto de vista neorealista como aspecto dominante de um reformulado internacionalismo de direita, julgavam que a implicação lógica desse realismo, num mundo em que o poder americano não tinha rival, era de que o emprego desse poder não deveria ter muitas restrições como instrumento da política externa.<sup>16</sup>

Charles Krauthammer foi, entretanto, que tomou a si a responsabilidade forjar uma síntese estratégica e ideológica dos vários pensamentos neoconservadores.<sup>17</sup>

Embora simpatizando com o globalismo democrático, ele considerava que seriam necessários mais do que programas de democratização e diplomacia para atingir os objetivos americanos. Os EUA, segundo ele, deveriam fazer melhor uso do **“momento unipolar”** e empregar, sem pedir desculpas, o seu supremo poder militar não somente para conter ameaças potenciais mas, também, para forçar a transição para democracias de livre mercado.

Krauthammer chamou sua estratégia de realismo democrático, claramente distinto das estratégias isolacionista e internacionalista liberal, sendo uma combinação do realismo com o globalismo democrático.<sup>18</sup>

Para ele, as quatro estratégias que o globalismo democrático pretende substituir têm graves limitações que impõem a sua substituição:

<sup>15</sup> Barry, op.cit.

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> “Democratic Realism: An American Foreign Policy for a Unipolar World”, Charles Krauthammer, do “American Enterprise Institute”, 2004, 19p. Krauthammer é ensaísta e colunista do “Washington Post”, “Time”, “The Weekly Standard”, “The New Republic”, “The National Interest” e outros jornais e revistas. Quando da apresentação deste ensaio, recebeu o maior prêmio conferido pelo “The American Enterprise Institute”, o prêmio Irving Kristol. [http://www.aei.org/docLib/20040227\\_book755text.pdf](http://www.aei.org/docLib/20040227_book755text.pdf)

<sup>18</sup> Krauthammer, op.cit.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

- o isolacionismo

*“O isolacionismo decorreu originalmente da visão de a América ser espiritualmente superior ao Velho Mundo. Nós éramos bons demais para sermos corrompidos por suas baixas intrigas, envolvidos por suas alianças cínicas.”<sup>19</sup>*

Hoje, porém, o isolacionismo é uma **“ideologia do medo”**, totalmente inadequada para a atualidade.

*“não só por causa do seu brutal reducionismo, mas porque é tão obviamente inadequada para o mundo atual – um mundo de economias orientadas pela exportação, de fluxos populacionais intensos, e de um 11 de setembro, demonstração definitiva de que a combinação da moderna tecnologia e do primitivo transnacional destruiu a barreira entre o de lá ‘e o daqui’”.<sup>20</sup>*

Para Krauthammer, os isolacionistas simplesmente querem

*“ignorar a unipolaridade, suspender a ponte levadiça a defender a Fortaleza América. Ai de mim, a Fortaleza não tem fosso – não depois do aeroplano, do submarino, do míssil balístico – e, quanto à ponte levadiça, ela foi explodida em 11 de setembro.”<sup>21</sup>*

- o internacionalismo liberal

Krauthammer diz que o **“internacionalismo liberal é a política externa do partido democrata e a religião da elite da política externa”**. Sua história começou com o utopismo do Woodrow Wilson, o anticomunismo de Harry Truman e o universalismo militante do John Kennedy mas

*“após a guerra do Vietnã, transformou-se na ideologia da passividade, da aquiescência e de um quase automático não-intervencionismo.”<sup>22</sup>*

<sup>19</sup> Ibidem.

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Na atualidade, porém, é ainda Krauthammer que fala, quando homens desta ideologia chegaram ao poder – é bem o caso da administração Clinton – tornaram-se hiper intervencionistas. E ele pergunta:

*“Como explicar esta surpreendente transformação de ‘pombas’ durante a Guerra Fria e a Guerra do Golfo em ‘falcões’ nos casos do Haiti, da Bósnia e de Kosovo?”<sup>23</sup>*

É dele ainda a explicação, um tanto ou quanto irônica, dessa mudança de procedimento:

*“A diferença óbvia e crucial é que o Haiti, a Bósnia e Kosovo foram aventuras humanitárias – lutas pelo que é direito e bom, independente do interesse nacional puro. E somente intervencionismo humanitário – intervencionismo desinteressado, independente do interesse nacional – é moralmente puro o bastante para justificar o uso da força ...”<sup>24</sup>*

O multilateralismo, diz ele, uma característica do internacionalismo liberal, levou os EUA durante o governo Clinton a assinar um grande número de tratados que visavam a conter a fabricação das armas biológicas, das químicas, a pôr um fim aos testes nucleares, reduzir as emissões de carbono, a proliferação dos mísseis antibalísticos (ABM), etc, como uma forma de dar aos EUA uma capacidade de exercer **“pressão moral”** sobre os demais países. Ora, para Krauthammer, **“pressão moral é uma farsa”** servindo apenas para

*“reduzir a liberdade de ação americana, tornando-a subserviente, dependente e limitada pela vontade e pelos interesses de outras nações.”<sup>25</sup>*

A conclusão de Krauthammer é de que os defensores do internacionalismo liberal gostam de sonhar e, na medida em que tomam consciência do poder unipolar dos EUA, não gostam dele.

<sup>23</sup> Ibidem.

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Para eles, continua nossa analista, este imenso poder americano só deve ser usado para fins humanitários ou para auto-defesa.

- o realismo

Para Krauthammer, o realismo reconhece o mundo e a natureza humana como eles realmente são. Não há, diz ele, uma fictícia comunidade internacional mas **“uma cacofonia – de ambições distorcidas, valores díspares e poderes em confronto.”**<sup>26</sup>

Para os realistas, o que protege a civilização da barbárie não é a contenção mas o jogo puro do poder e num mundo unipolar, o poder americano deve ser aplicado unilateralmente e **“se necessário, preemptivamente.”**<sup>27</sup>

Entretanto, Krauthammer admite que não se pode viver apenas em função do poder:

*“O realismo é um antídoto valioso para o internacionalismo pegajoso dos 1990. Mas somente até esse ponto vai o realismo.”*<sup>28</sup>

O problema básico do realismo, diz Krauthammer, está na sua definição elástica de interesse, conforme dada pelo seu maior teórico, Hans Morgenthau, que postulava que o que conduz as nações, **“o que motiva sua política externa é a vontade de poder – de mantê-lo e expandi-lo.”**

Na visão de Krauthammer, esta postura não serve para a América que não quer se apoiar apenas na “realpolitik”:

*“Nossa política externa deve ser conduzida por algo mais do que o poder. A não ser que os conservadores apresentem idéias que possam desafiar o ideal liberal de uma comunidade internacional domesticada, eles perderão o debate. É por isso que, entre os conservadores americanos, apareceu uma outra escola, mais idealista, que vê o interesse nacional americano como uma expressão de valores.”*<sup>29</sup>

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> Ibidem.

<sup>28</sup> Ibidem.

<sup>29</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

- globalismo democrático

A linguagem do globalismo democrático é uma de valores e não de poder – e o seu supremo valor é a liberdade. O motor da história, segundo essa corrente de pensamento, não é a vontade de poder mas a vontade de liberdade e a estratégia da escola é de que o poder deve ser usado para fazer avançar a liberdade em todo o mundo.

Krauthammer diz que o globalismo democrático representa um grande avanço sobre o realismo porque reconhece que, para os EUA, **“a expansão da democracia não é apenas um fim mas um meio, um meio indispensável para garantir os interesses americanos”**. Entretanto, diz ele, a maior falácia dessa corrente é o seu **“universalismo, seu compromisso sem fim com a liberdade humana, seu ímpeto de fincar a bandeira da democracia em toda parte.”**<sup>30</sup>

A política externa americana na última década tem sido guiada por essa escola de pensamento que é, assim julga Krauthammer, a alternativa conservadora para o realismo, inadequadamente chamada de neoconservadorismo. Para ele, George W. Bush e Tony Blair são representantes desta escola.

A síntese proposta por Krauthammer é o realismo democrático que limita as aspirações universalistas e a retórica do globalismo democrático:

*“A racionalidade do inimigo [o crescente islâmico que se estende do norte da África ao Afeganistão] é algo que está além do nosso controle. Mas o uso de nosso poder está dentro do nosso alcance. E se esse poder é usado com sabedoria, limitado não por ilusões e ficções mas somente pelos limites de nossa missão – que é trazer um pouco de liberdade como antídoto para o nihilismo – nós podemos vencer”*.<sup>31</sup>

### 3.3 – O Novo Isolacionismo

William S. Lind, analista militar da “Free Congress Foundation”, uma instituição conservadora, publicou um importante artigo sobre o novo isolacionismo americano na revista

<sup>30</sup> Ibidem.

<sup>31</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

“The American Conservative”, editada por Patrick Buchanan, revista que se proclama o porta-voz dos conservadores tradicionalistas.<sup>32</sup>

Para Lind, a maior ameaça atual à segurança dos EUA é a generalização da desordem, principalmente a decorrente do terrorismo internacional, em especial o islâmico, além da desordem causada por áreas onde o estado desapareceu ou tornou-se simplesmente presa de uma quadrilha que domina outras quadrilhas.

Ele argumenta que, apesar de os políticos dos EUA estarem proclamando **“uma ofensiva contra o terror”**, a melhor postura é defensiva e, nesse sentido, ele cita Clausewitz:

*“... a forma defensiva de guerra é em si mesma mais forte do que a ofensiva. Tal é a conclusão que procurávamos, porque, se bem que ela seja absolutamente natural e que tenha sido confirmada milhares de vezes pela experiência, continua a ser inteiramente contrária à opinião reinante – prova do modo como os escritores superficiais confundem as idéias.”<sup>33</sup>*

Com o propósito de definir o que seria uma guerra defensiva contra o terror, Lind faz duas considerações:

- Primeira Consideração: a ameaça que a América enfrenta não é apenas o terrorismo mas a Guerra de Quarta Geração, de escopo muito mais amplo, e que representa a maior mudança qualitativa na arte da guerra desde o Tratado de Westfália.

A Guerra de Quarta Geração apresenta três características principais:

I – ela decorre da perda do monopólio do estado de fazer a guerra e, ainda, a perda pelo estado de sua condição como objeto primário da lealdade dos cidadãos (entidades não-estatais detêm hoje a lealdade primária do povo e são elas que conduzem à guerra).

<sup>32</sup> “Strategic Defence Initiative: Distance From Disorder Is Key to Winning the Terror War”, William S. Lind, “The American Conservative”, November 22, 2004, 10 p. [http://www.amconmag.com/2004\\_11\\_22/index1.html](http://www.amconmag.com/2004_11_22/index1.html)

<sup>33</sup> “Da Guerra”, Carl von Clausewitz, Ed. Universidade de Brasília e Martins Fontes Ed., São Paulo, 1979, 787 p., pág. 428. Ao longo do artigo, optamos por não traduzir as citações de Clausewitz do inglês mas procurá-las na edição em português e transcrevê-las.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Essas entidades podem ser quadrilhas, religiões, raças e grupos étnicos dentro de um grupo racial, uma localidade, uma tribo, empresas, ideologias – a variedade é quase ilimitada.”<sup>34</sup>*

II – ela decorre do retorno a um mundo de culturas, não apenas estados, em conflito [o choque de civilizações do Huntington].

III – ela decorre, finalmente, da manifestação de dois desenvolvimentos – não só do declínio do estado mas do surgimento de lealdades primárias alternativas, freqüentemente culturais, não somente no exterior mas na própria América.

- Segunda Consideração: nenhuma força armada de um estado sabe como derrotar militarmente oponentes numa Guerra de Quarta Geração, e, até hoje, nenhuma foi capaz de fazê-lo. Politicamente – e esta é, sem dúvida, a principal característica deste tipo de guerra – a crise da legitimidade do estado não é oficialmente reconhecida. Para Lind, o enfraquecimento do estado está aumentando a desordem no mundo já que a manutenção da ordem é, em geral, a responsabilidade maior do estado:

*“Um mundo de Quarta Geração será um em que a desordem prolifera como mofo num banheiro úmido.”<sup>35</sup>*

A grande estratégia americana deverá procurar conectar os EUA com tantos centros e fontes de ordem quanto possível e, ao mesmo tempo, isolar o país de tantos centros e fontes de desordem quanto possível.<sup>36</sup>

Para Lind, a conclusão é lógica:

*“Ações tais como a guerra no Iraque, que tende a nos isolar de estados de sucesso [França, Alemanha, etc], são contra os nossos interesses.”<sup>37</sup>*

<sup>34</sup> Lind, op.cit.

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Neste contexto, centros de ordem/desordem são áreas onde o estado ainda não está/já está em declínio e fontes de ordem/desordem são as áreas que irradiam ordem/desordem para outras áreas.

<sup>37</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Como, no entender dele, a cultura chinesa tende para a ordem, ele defende uma aliança com a China.

Não apenas estados de sucesso, diz ele, podem ser centros de ordem: a religião, a ideologia em alguns casos, negócios e outros empreendimentos comerciais, etc. Curiosamente, até mesmo exércitos mercenários podem sê-lo.

Já os centros de desordem serão, no século XXI, especialmente os estados em declínio, onde praticamente sua estrutura desapareceu ou quando ela foi dominada por uma verdadeira quadrilha. Exemplos não faltam: boa parte da África; a Mesopotâmia, desde a destruição pelos americanos do estado iraquiano; o Afeganistão; partes da ex-União Soviética; a margem oeste do rio Jordão.

Além desses casos, também algumas culturas – como, por exemplo, parte do Islã – tornam-se centros de desordem.

Segundo Lind, centros de desordem podem atuar como fontes de desordem quando, por exemplo, produzem levas de refugiados ou emigrantes. E explica:

*“Os meios de garantir a sobrevivência nos centros de desordem – mentindo, trapaceando, roubando e matando – tornam-se hábitos, e não são facilmente abandonados.”<sup>38</sup>*

A necessidade de os EUA se isolarem de pessoas de determinados lugares, proibidas de entrarem no país, seja por crença religiosa, seja por ordem étnica, é imperiosa mas não é bastante:

*“Em geral, isolamento significará minimizar contatos que envolvam fluxos de pessoas, dinheiro, materiais e novas lealdades primárias, como as religiosas e ideológicas, em direção aos Estados Unidos”.<sup>39</sup>*

Este isolamento, diz o autor do artigo, deve ser aplicado em relação a regiões onde o estado é fraco ou desapareceu, ou em que existe apenas na aparência mas não na realidade:

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem.



Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“A Arábia Saudita pode breve tornar-se um estado que venha a se enquadrar nesta última categoria.”<sup>40</sup>*

Para ele, o valor da estratégia defensiva fica claro quando se vê como a estratégia ofensiva de Bush faz com que as contradições internas do Islã não apareçam e, diante de nossa ameaça eles, apesar delas, se mantenham unidos.

À vista dessas considerações, Lind delinea o que deveria ser uma grande estratégia para os EUA:

*“No lugar de uma estratégia militar ofensiva associada a uma ofensiva tática fraca, nossa grande estratégia apoiaria uma estratégia militar defensiva associada a uma poderosa contra-ofensiva estratégica e tática. Em termos simples, isto significa que deixaríamos centros e fontes de desordem isolados em termos militares (e também noutros termos) exceto se eles nos atacassem. Mas se o fizessem, nossa resposta seria romana, ou seja, aniquiladora.”<sup>41</sup>*

Mais uma vez, ele cita Clausewitz para explicar o seu ponto:

*“Já exprimimos o que é a defesa: não é outra coisa senão uma forma mais forte de condução da guerra graças à qual procuramos atingir a vitória, para passar ao ataque, isto é, ao objetivo positivo da guerra, desde que tivermos conquistado a superioridade (...)*

*Uma passagem rápida e vigorosa ao ataque – a estocada fulgurante da vingança – é o momento mais brilhante da defensiva. Aquele que não o tem em vista desde o princípio, que não o inclui desde o princípio no seu conceito de defesa, nunca compreenderá a superioridade da defesa.”<sup>42</sup>*

A contra-ofensiva aniquiladora dependerá das circunstâncias. Em alguns casos, diz Lind, armas da Segunda Geração darão conta do recado, como, por exemplo, aviões B-52 lançando um tapete de bombas sobre o inimigo; se conseguirmos que nossas armas evoluam para a

<sup>40</sup> Ibidem.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> Clausewitz, op.cit, pág. 443. Ver nota anterior sobre Clausewitz. O trecho por nós citado não é exatamente o citado pelo autor mas corresponde, mais precisamente, à idéia que ele quer apresentar.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Terceira Geração, haverá outras opções, como grandes batalhas de cerco; noutros casos, porém, será necessário apelar para o armamento não-convencional.

Para Lind, a grande estratégia que ele propõe exige como uma pré-condição que a América se proteja contra a desordem que pode vir do próprio país. Para sobreviver à crise de legitimidade do estado, núcleo da Guerra de Quarta Geração, duas condições são necessárias: a existência de um sistema político aberto e de uma cultura unitária.

E a América está vulnerável em ambos os requisitos, precisando criar, em primeiro lugar, condições para que o poder do dinheiro diminua nas eleições, para que outros partidos, além dos que hoje pesam, possam ter chances de vencer; será preciso, ainda, valorizar mais as consultas públicas e os referendos, incluindo neles a possibilidade de indicar “nenhuma das opções”; e, finalmente, impedir o judiciário de legislar.

A maior ameaça, porém, segundo Lind, vem da falta de unidade cultural. Há necessidade de abandonar-se o multiculturalismo, adotando-se a “americanização”, isto é, a reintrodução dos padrões anglo-saxões. A atual política de imigração deve ser mudada.

Entretanto, segundo ele, deve-se evitar fortalecer o poder absoluto do estado. A adoção do Ato Patriota logo após o 11 de setembro foi um erro, pois, dando-se poderes ao estado além dos constitucionais só servirá para agravar a crise de legitimidade.

Como o Islã é, possivelmente, uma enorme fonte de desordem, Lind propõe que os EUA diminuam sua dependência do petróleo árabe.

Com relação à China, pelas razões já apontadas, ele defende uma verdadeira aliança estratégica. Quanto à América Latina, Lind acha que é uma área onde haverá a agravamento da crise de legitimidade e onde crescerão as forças da Quarta Geração, o que determina que o controle da imigração de lá seja altamente prioritário. Já a África é um continente totalmente envolvido na Guerra da Quarta Geração, onde os estados não são reais e a maioria dos governos são cleptocracias, sendo seu mais provável futuro a guerra, a praga, a fome e a morte. A sorte da Europa, continua Lind, não está assegurada porque ela importou fatores de desordem, admitindo em seu seio muitas culturas, a maioria islâmica, não sendo improvável, portanto, que no século XXI ela faça uma segunda expulsão dos mouros; é absolutamente indispensável que ela aumente substancialmente a taxa de nascimentos.

### 3.4 – Falando mais suavemente mas de forma bem clara

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

A proposta para uma grande estratégia a ser seguida durante o segundo mandato de Bush foi feita por John Lewis Gaddis, um conservador professor de história em Yale.<sup>43</sup>

Segundo ele, durante o primeiro mandato Bush traçou uma política externa que representou **“a mais ampla reconfiguração da grande estratégia dos EUA desde a presidência de Franklin D. Rossevelt.”**<sup>44</sup>

Após o 7 de dezembro de 1941 – data do ataque japonês a Pearl Harbor – nenhum sucessor de Roosevelt, republicano ou democrata, pode fugir das lições daí decorrentes, isto é, **“que a distância apenas não mais protege os americanos contra ataques provenientes de estados hostis”**, e, da mesma forma, os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 deixaram claro que **“a dissuasão de outros estados não dá proteção suficiente contra ataques promovidos por gangues, que, atualmente, podem infligir o mesmo tipo de danos que, anteriormente, somente estados em guerra eram capazes de infligir.”**<sup>45</sup>

Para Gaddis, embora muita discussão possa ser feita quanto aos objetivos reais de bin Laden, não é possível negar **“que a primeira e mais fundamental característica da estratégia de Bush – assumir a ofensiva contra o terrorismo, surpreendendo-o portanto – atingiu até agora o seu propósito”** [impedir novos ataques aos EUA].

Durante a Guerra Fria, diz o professor de Yale, dois conceitos firmaram-se, o da “preempção”, isto é, o desencadeamento de uma ação militar contra um estado que está prestes a desencadear um ataque – o que tanto a lei internacional como a tradição sempre aceitaram para eliminar riscos reais e imediatos – e a “prevenção”, isto é, dar início a uma guerra contra um estado que pudesse, num futuro qualquer, oferecer tais riscos. Para ele, depois dos atentados, a administração Bush misturou os dois termos usando “preempção” para justificar o que na realidade era uma guerra “preventiva” contra o Iraque. Ora, argumenta Gaddis, a antiga maneira como os governos identificavam a necessidade de uma ação preemptiva – a concentração de grandes forças em posição agressiva – de nada serviriam para prevenir os ataques de setembro e, desta forma, os estrategistas da administração de Bush ampliaram o conceito de “preempção” de modo a abranger o que antes se chamava “prevenção.”

Por causa dessa nova interpretação, os EUA **“correm o risco – amplamente demonstrado nos últimos dois anos – de aparecer para o resto do mundo como uma a**

<sup>43</sup> “Grand Strategy in the Second Term”, John Lewis Gaddis, in “Foreign Affairs”, January-February 2005, 7p. – [http://www.foreignaffairs.org/20050101faessay84101/john\\_lewis\\_gaddis/grand-strategy-in-the-second\\_term.html](http://www.foreignaffairs.org/20050101faessay84101/john_lewis_gaddis/grand-strategy-in-the-second_term.html)

<sup>44</sup> Ibidem.

<sup>45</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

**ameaça real e imediata**".<sup>46</sup> Embora isso possa parecer sem importância, à vista do atual poder americano, não o é: basta lembrar que, durante a Guerra Fria, a esfera de influência americana, obtida com a aquiescência de todos os seus membros, tinha uma força moral e legitimidade muito superiores à esfera da influência soviética, onde a sujeição era forçada.

Este ponto precisa agora ser corrigido, dando-se mais atenção a evitar que se criem resistências à ação americana:

*"Todos que já operaram um veículo sabem da necessidade de lubrificação, sem o que o veículo mais cedo ou mais tarde rangerá até parar. Foi isso que faltou durante a primeira administração de Bush: uma certa atenção para o equivalente da lubrificação em estratégia, que é a persuasão."*<sup>47</sup>

Na sua segunda gestão, Bush deve tentar reconquistar o apoio multilateral para o uso preemptivo do poder militar americano. Para tanto, diz Gaddis, há necessidade de boas maneiras, de usar as palavras adequadas e, finalmente, de visão para eliminar as vulnerabilidades existentes em todos os estados a ataques terroristas, fator indispensável para combater o terrorismo.

A nova grande estratégia, diz ele, representa a adoção do **"ideal democrático liberal"** de **"tornar o mundo seguro para a democracia"**. A insistência de Bush de que o mundo só estará a salvo do terrorismo quando o Oriente Médio for um lugar seguro para a democracia é um corolário da nova grande estratégia.

Para Gaddis, é urgente que os EUA não se contentem apenas em quebrar a antiga ordem mas procurem ativamente juntar os pedaços dela para compor uma nova ordem, e ele conclui que Bush deve seguir a orientação de Roosevelt **"persuadindo o mundo de que estará melhor com os Estados Unidos como poder hegemônico do que estaria se qualquer outro país ocupasse essa posição."**<sup>48</sup>

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

## 4. A Corrente Liberal

### 4.1. – O Internacionalismo Progressivo<sup>49</sup>

As diferenças entre republicanos e democratas não são tão grandes como pode parecer numa análise superficial. Os democratas apoiaram a intervenção americana no Afeganistão assim como o fim do **“regime maligno”** de Saddam Hussein no Iraque, embora reconhecendo que a ameaça representada por Saddam era menos premente do que a administração Bush fazia crer e que, portanto, mais poderia ter sido feito para conseguir o apoio da comunidade internacional e para enfrentar melhor as dificuldades para a reconstrução dos dois países no pós-guerra:

*“... estamos agora correndo o risco de perder a paz em ambos os países. Por insistir no nosso direito de agir unilateralmente, por ignorar as informações da inteligência que estavam em conflito com seu desejo de agir, e por subestimar os recursos necessários para cumprir as missões, o presidente está pondo em risco os ganhos obtidos no campo de batalha (...) Valorizando demasiadamente o poder militar dos EUA como o principal instrumento de sua política externa, a administração está abdicando de sua responsabilidade para modelar uma estratégia política-econômica eficaz de longo prazo capaz de mudar as condições cambiantes que alimentam o fundamentalismo islâmico e das quais, muito provavelmente, virão as novas ameaças para a nossa segurança nacional.”<sup>50</sup>*

O grupo democrata acredita que o governo ainda não conseguiu deter as ambições nucleares da Coreia do Norte e do Irã, nem de avançar na tentativa de pôr fim ao conflito entre Israel e os palestinos:

*“Ao invés de mobilizar nossos amigos e isolar nossos inimigos, esta administração está isolando os Estados Unidos do resto do mundo,*

<sup>49</sup> “Progressive Internationalism: A Democracy National Security Strategy”, vários autores, “Progressive Policy Institute”, October 2003, 19p. – [http://www.ndol.org/documents/Progressive\\_internationalism\\_1003.pdf](http://www.ndol.org/documents/Progressive_internationalism_1003.pdf)

<sup>50</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*malbaratando a boa vontade e as alianças construídas durante décadas por sucessivos líderes dos EUA.*<sup>51</sup>

O internacionalismo progressivo, isto é, a crença de que a primeira linha de defesa da América é a construção de um mundo onde as liberdades individuais e a democracia podem prevalecer, apóia o emprego do poder militar **“não para dominar, mas para dar forma a alianças e instituições internacionais que compartilhem [conosco] um compromisso comum com os valores liberais.”**<sup>52</sup>

Segundo este grupo do “Progressive Policy Institute”, o internacionalismo progressivo ocupa uma posição entre a direita neo-imperial e a esquerda não-intervencionista, entre os que assumem que o poder da América sempre lhe dá razão e os que entendem que, porque os EUA são poderosos, sempre estão errados.

Para o internacionalismo progressivo, os EUA devem usar a força com cautela mas nunca devem hesitar usá-la quando necessário; devem mostrar **“um respeito decente pelas opiniões da humanidade”**; devem exercer a liderança principalmente por meio da persuasão, e não pela coerção; sempre que possível, devem procurar reduzir o sofrimento humano; finalmente, devem criar alianças e instituições internacionais com o propósito de criar e manter uma ordem mundial decente.

Segundo ele, o Partido Democrata sempre se apoiou em quatro princípios básicos:

- Poder Nacional

*“Os democratas manterão as forças armadas mais capazes e tecnologicamente avançadas do mundo, e não hesitarão em usá-las na defesa de nossos interesses em qualquer lugar do mundo.”*

Reconhecem, embora, que há outros fatores que contribuem para o poder nacional, como uma economia grande e dinâmica, uma capacidade de inovação e de auto-correção, uma diplomacia agressiva e o fundamento moral dos ideais que vêm desde os pais fundadores.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> Ibidem.

<sup>53</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

- Democracia Liberal

*“A história demonstra amplamente que a verdadeira paz e a verdadeira segurança dependem não somente das relações entre os estados mas, também, das relações entre o estado e a sociedade”*

e que, portanto

*“a disseminação da liberdade é a melhor garantia de segurança para os que são livres. É a nossa última linha de defesa e a nossa primeira linha de ataque.”<sup>54</sup>*

- Livre Empresa

*“Os democratas acreditam que a liberdade econômica faz parte intrínseca do progresso humano. Não é por acidente que os países mais livres do mundo são também os países mais ricos.”<sup>55</sup>*

- Liderança Mundial

*“Os democratas acreditam que uma liderança vigorosa dos EUA é fundamental para dar forma a um mundo compatível com os nossos interesses e valores.”*

Reconhecem, entretanto, que o estabelecimento dessa ordem mundial exige ação coletiva dos países mais poderosos, em particular das democracias avançadas e, principalmente, dos EUA. O isolamento dos EUA da comunidade internacional é uma enorme ameaça:

*“A maneira mais segura de isolar a América – e assim de gerar coalizões anti-americanas – é sucumbirmos à tentação imperial e tentarmos impor a nossa vontade aos outros.”<sup>56</sup>*

<sup>54</sup> Ibidem.

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Reforçar as Nações Unidas, as instituições financeiras internacionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC) deve ser um objetivo dos EUA, pois, apesar das óbvias fraquezas dessas instituições, elas ainda representam as melhores esperanças de um sistema de segurança coletiva e de uma solução cooperativa para os problemas que ainda afligem o país.

Neste artigo do “Progressive Policy Institute”, após uma discussão sobre os fracassos republicanos no que diz respeito à segurança nacional – unilateralismo e seus altos custos; falha na administração dos problemas do Oriente Médio (Iraque e a questão palestina) e do Afeganistão; excessiva dependência ao poder militar; fracasso da política para deter a proliferação das armas de destruição em massa e no estabelecimento de um sistema de segurança interno eficaz; e, finalmente, falta de liderança no exterior – os democratas apontam a sua alternativa em seis tópicos:

1. Fazer avançar a democracia no exterior para fazer os EUA mais seguros em casa.

*“A história mostra que as democracias liberais não fazem guerra umas contra as outras nem estão sujeitas a conflitos causados pela fome ou de caráter genocida.”<sup>57</sup>*

Além do mais, por serem mais transparentes, os regimes democráticos tornam-se mais previsíveis e têm maior dificuldade de esconder atividades de caráter hostil como, por exemplo, a produção de armas de destruição em massa e sua venda para países de regime débil ou até mesmo para grupos terroristas.

Na visão dos autores do documento, os democratas vão procurar incentivar noutros países uma maior participação na política das mulheres, dos sindicatos, dos empresários, dos partidos políticos, enfim, de todos os grupo que, na atualidade, não conseguem ter voz política.

Eles reconhecem que a ajuda externa é um importante instrumento para o combate ao terrorismo:

*“Embora permaneçamos comprometidos com o uso da ajuda externa para aliviar a miséria da pobreza e da fome, nós também vamos melhor adequar a*

<sup>57</sup> Ibidem.



Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*nossa ajuda para premiar as nações que mostrem real compromisso com a abertura, com a reforma política e com o combate à corrupção.”<sup>58</sup>*

Segundo o documento, os democratas querem pôr um paradeiro na estratégia ocidental que tem levado algumas administrações nos EUA a descuidar a questão da democracia e dos direitos humanos em nome de **“uma espúria estabilidade.”**

Os democratas reconhecem que **“o único país que pode fazer avançar o processo de paz [entre Israel e os palestinos] são os Estados Unidos”**.<sup>59</sup> Os presidentes Carter e Clinton foram responsáveis pelos tratados de paz entre Egito e Israel e Jordânia e Israel, respectivamente. No governo Clinton, quase saiu o acordo de paz entre Israel e os palestinos, em Camp David e Taba, e entre Israel e a Síria, em Sheperdstown e Genebra.

O sucesso em alcançar a paz entre Israel e os palestinos é essencial para a guerra ao terrorismo, assim como a redução da dependência dos EUA ao petróleo do Oriente Médio, o que diminuirá a influência dos países produtores de petróleo na política externa americana.

## 2. Impedir que ditaduras e terroristas tenham acesso às armas de destruição em massa.

A atual luta dos EUA é para manter as armas de destruição em massa fora do alcance de pessoas ou países que possam fazer mal uso delas:

*“A América não deve tolerar a tentativa da Coreia do Norte para produzir armas de destruição em massa. Os democratas perseguirão uma aproximação coletiva envolvendo tanto as Nações Unidas como os vizinhos da Coreia do Norte – Rússia, China, Japão e Coreia do Sul – que têm, pelo menos, tanto em jogo como os Estados Unidos na prevenção da proliferação nuclear no nordeste da Ásia.”<sup>60</sup>*

Caso a Coreia do Norte volte a produzir essas armas, diz o documento, **“os Estados Unidos deverão estar preparados para usar a força para proteger os seus interesses”**.<sup>61</sup>

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

### 3. Fechar as brechas existentes no sistema de defesa do território americano

Para os democratas, a lição do 11 de setembro foi dolorosa, e provou que, embora a capacidade militar americana sem paralelo possa impedir que qualquer país ataque os EUA, ela não é capaz de impedir ataques terroristas, arma dos fracos contra os fortes:

*“Isso exige uma dupla resposta: destruir os santuários terroristas no exterior e mobilizar a engenhosidade e os recursos para aumentar dramaticamente nossa vigilância contra ataques em nosso próprio território.”<sup>62</sup>*

embora sem violar as liberdades civis básicas e o direito à privacidade dos americanos.

#### **Uma clara crítica ao Ato Patriota.**

### 4. Remodelar as forças armadas e usá-las de forma mais eficaz.

O documento não deixa dúvidas quanto à importância atribuída às forças armadas:

*“... vamos acelerar o ritmo da transformação militar para assegurar que nossas forças prevalecerão sobre as ameaças não-convencionais que nossos futuros adversários, muito provavelmente, nos apresentarão, tais como o terrorismo; o tráfico de armas e materiais nucleares, biológicos e químicos; ataques cibernéticos, e tentativas de negar às forças dos EUA acesso aos locais onde elas precisam ir.”<sup>63</sup>*

O reforço do poder militar dá credibilidade à democracia mas se esta forma de dissuasão falhar, os EUA devem estar prontos, segundo os autores, para lutar na defesa de seus interesses, para a difusão de seus valores e a manutenção da ordem mundial.

A diferença com relação aos republicanos é clara:

<sup>62</sup> Ibidem.

<sup>63</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Quando a América ganhar uma guerra, deverá estar pronta para preservação da ordem e da segurança de modo que as ameaças que lutamos para eliminar não voltem. Os democratas montarão rapidamente unidades, formadas tanto por civis como por militares, que possam ser deslocadas, e sejam especializadas em ganhar a paz depois que o combate principal tiver cessado, compostas por técnicos em reconstrução, polícias, pessoal de inteligência, lingüistas e funcionários de assuntos civis.”<sup>64</sup>*

##### 5. Revigorar as alianças estratégicas da América

A essência da política externa dos democratas tem sido a aprimoramento das alianças na Europa e na Ásia, e essa é uma das principais razões pelas quais a segunda metade do século XX foi muito mais pacífica do que a primeira:

*“... alianças revigoradas exigem de nós um esforço para nos dedicarmos a problemas que são matéria de preocupação tanto nossa como de nossos aliados, mesmo quando esses problemas não sejam de máxima prioridade para a nossa segurança. Ao assumirmos a liderança em desafios globais, como mudanças climáticas, pobreza e doença, não somente deixamos transparecer os melhores valores e instintos da América mas, também, fazemos com que seja mais atrativo e politicamente sustentável para nações amigas trabalhar em cooperação conosco nos assuntos de máxima prioridade para nós em termos de segurança, tais como o combate ao terrorismo e às armas de destruição em massa.”<sup>65</sup>*

Os democratas reconhecem o papel importante da OTAN mesmo após o fim da Guerra Fria, não só em relação aos países do leste europeu mas aos do Oriente Médio.

Embora reconhecendo as atuais limitações da ONU e de outros organismos multilaterais, os democratas acreditam que é um interesse vital dos EUA promover e respeitar as regras internacionais que refletem os valores que os americanos compartilham com o resto do mundo.

<sup>64</sup> Ibidem.

<sup>65</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

## 6. Restaurar a liderança econômica dos EUA

Para os democratas, há um forte vínculo entre a prosperidade, nos EUA e no resto do mundo, e a segurança nacional:

*“Numa era marcada por crescente turbulência econômica e insegurança, os EUA devem desempenhar um papel mais ativo nos esforços internacionais para estabilizar os fluxos financeiros no mundo e para reduzir a pobreza global.”<sup>66</sup>*

O Oriente Médio é objeto especial de preocupação:

*“A combinação de uma população crescente e oportunidades que desaparecem cria uma vasta associação de jovens irritados, sem direção: uma audiência natural para radicais, anti-americanos e fundamentalistas.”<sup>67</sup>*

Quer me parecer que essa posição reflete bem uma realidade cruel: a preocupação não é com o desamparo e o desespero dos jovens mas com o fato de que a consequência disso pode ser o anti-americanismo.

Apesar do autor tratar nesse item especificamente do combate à pobreza, não há qualquer referência à tragédia permanente do continente africano e à de outras áreas do mundo onde predomina a miséria quase absoluta – possivelmente porque essas regiões não têm produzido terroristas que ameacem os EUA.

Will Marshall, presidente do “Progressive Policy Institute” e um dos autores do artigo, afirma que o internacionalismo progressivo é uma alternativa para a visão da extrema esquerda do papel da América no mundo. A posição do grupo, diz ele, é contra os que se opõem ao tipo de gasto com a defesa que o grupo acredita necessário para atender às necessidades do país, contra os que se opõem ao uso da força e que parecem ser incapazes de se colocar do lado dos EUA nas disputas internacionais. Marshall argumenta que

<sup>66</sup> Ibidem.

<sup>67</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“... uma liderança internacional forte não pode ser equiparada a um tipo de multilateralismo sem dentes que põe a busca pelo consenso acima do arriscado e difícil negócio de se envolver com o caos, de lidar com conflitos reais e confrontar inimigos e agressores reais. E alertamos contra uma agenda anti-globalização que não somente fere a nossa economia mas condena os países em desenvolvimento. Assim, apesar de quão perturbador seja o desempenho de Bush, pensamos que as esquerdas pacifista e protecionista não oferecem alternativa viável.”<sup>68</sup>*

Sem dúvida, é por essa razão que, diz Barry, o internacionalismo progressista assume o lugar dos **“falcões liberais”** que, dentro do partido, acusam **“os que criticam grandes orçamentos militares e intervenções armadas de servirem mal aos democratas.”<sup>69</sup>**

#### 4.2 – O Realismo Liberal

Para o grupo de democratas representados por G. John Ikenberry e Charles A. Kupchan, há no momento duas visões do papel da América no mundo: na visão de George W. Bush, a **“ordem internacional decorre exclusivamente da proeminência dos EUA, com a América exercendo seu poder incontestemente para manter os outros países na linha e reforçar a hierarquia internacional”** e, por outro lado, na visão deles **“a ordem internacional decorre do casamento da proeminência da América com os princípios liberais dos pais fundadores, com os EUA exercendo o seu poder para estabelecer mecanismos consensuais e legítimos de governo internacional”<sup>70</sup>**

Segundo esses democratas, cinco pontos básicos constituem a base conceitual para a formulação da grande estratégia dos EUA, como veremos a seguir.

##### I – O manejo do equilíbrio de poder

Para os autores, três questões são importantes no que diz respeito ao equilíbrio de poder.

<sup>68</sup> Barry, op.cit.

<sup>69</sup> Ibidem.

<sup>70</sup> “Liberal Realism: the Foundations of a Democratic Foreign Policy”, G. John Ikenberry & Charles A. Kupchan, in “The National Interest”, Fall 2004, 7p. [http://www.aspenberlin.org/interesting\\_articles.php?Gedminid=72](http://www.aspenberlin.org/interesting_articles.php?Gedminid=72)

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Quais são os efeitos dele sobre o sistema de unipolaridade e, à luz desses efeitos, como deveriam os Estados Unidos exercer a sua hegemonia a fim de promover a estabilidade? Quão duradoura é a unipolaridade, e que estratégia os Estados Unidos deveriam perseguir para dar forma ao cenário geopolítico daí resultante? Deveria o poder dos EUA ser medido prioritariamente em termos materiais ou uma aproximação multidimensional ofereceria uma medida mais precisa da posição do poder relativo da América?”<sup>71</sup>*

Embora reconhecendo que o governo Bush tomou posições claras sobre cada uma dessas questões, os autores discordam delas em quase todos os aspectos e apresentam o que consideram a solução adequada para o equilíbrio de poder.

a) os EUA devem exercer sua hegemonia conjugando seus esforços com outros países, restabelecendo a idéia de que exercem uma liderança benigna, sem ambições imperialistas; para tanto, devem voltar a consultar as nações aliadas, desprezadas na administração Bush quando da guerra contra o Iraque de 2003, já que o custo da ação isolada é muito maior que o da busca do consenso, embora os EUA devam reservar-se **“o direito de agir sozinhos em casos extremos”**;

b) Os EUA devem apoiar o surgimento de novos centros de poder, e não, como faz a atual administração, opor-se a isso:

*“No decurso da próxima década, o Japão pode cansar-se de sempre seguir a liderança americana. A China emergirá como grande potência; a Rússia, a Índia e o Brasil têm peso para tornarem-se mais fortes e atores mais atuantes.”<sup>72</sup>*

c) a supremacia militar americana, embora seja um elemento essencial do seu poder nacional, não é suficiente para garantir a segurança da América. Os EUA devem continuar a investir em suas forças armadas para manter a sua supremacia militar mas sem esquecer que

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“a falta de respeito no exterior à liderança americana, faz com que esta superioridade contribua mais para dividir o mundo do que para uní-lo.”<sup>73</sup>*

Assim, para esses autores, é necessário que os EUA desenvolvam mais as dimensões não-militares da sua influência, e trabalhem para recuperar a autoridade moral, de modo que os seus aliados atualmente insatisfeitos sintam-se, de novo, participantes efetivos do sistema internacional.

## II – O terrorismo e o sistema internacional

Para Ickenberry e Kupchan, os acontecimentos de 11 de setembro alteraram o sistema internacional, o que está a exigir **“não apenas ajustamentos na estratégia de segurança nacional mas uma completa transformação.”<sup>74</sup>**

Na perspectiva da atual administração,

*“a paisagem geopolítica do globo foi reformulada. Os países ‘estão conosco ou com os terroristas’, de acordo como eles posicionam-se na ‘guerra’ da América ‘contra o terrorismo’ e no ‘conflito entre o bem e o mal’. A revisão da administração Bush incluiu o apoio formal ao conceito de guerra preemptiva – ou mais acuradamente preventiva – que foi a usada quando atacou o Iraque em 2003.”<sup>75</sup>*

Para esses democratas, o combate ao terrorismo e à difusão das armas de destruição em massa devem permanecer centrais como na atual administração mas eles fazem sete considerações que, se seguidas, tornarão esse combate mais eficaz.

a) a estratégia democrata para combater o terrorismo deve manter intactas as principais alianças dos EUA.

*“Uma aliança só tem significado quando seus membros ajustam suas políticas para levar em consideração os interesses dos parceiros.”<sup>76</sup>*

<sup>73</sup> Ibidem.

<sup>74</sup> Ibidem.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

b) os EUA devem concentrar-se nas ameaças representadas pela al-Qaeda e outras redes extremistas, não se deixando desviar desse objetivo por guerras ‘de escolha’ como a do Iraque.

*“Os Estados Unidos deveriam continuar encorajando e facilitando a promoção da democracia no exterior mas devem compreender que, para ser durável, a libertação deve vir de dentro e não ser imposta de fora.”<sup>77</sup>*

c) os democratas reconhecem que Bush estava certo ao insistir que novas ameaças podem exigir, às vezes, o uso preventivo da força mas uma política externa democrata deverá

*“liderar as forças multilaterais de modo a forjar novas regras que regulem o uso da força ao invés de anunciar preemptivamente o seu direito de desencadear uma guerra preventiva.”<sup>78</sup>*

Para os democratas, o uso preventivo da força só deve ser feito em último recurso diante de perigos iminentes e sobre os quais não haja dúvidas.

d) os democratas darão maior ênfase à adoção de medidas que evitem a disseminação de materiais usados na produção de armas nucleares, fazendo com que seja adotada

*“uma diplomacia dura para neutralizar – e não apenas ‘conter’ – a ameaça representada pelos programas nucleares do Irã e da Coreia do Norte.”<sup>79</sup>*

e) maiores esforços serão feitos para aumentar a segurança no território americano:

*“São particularmente importantes a reforma da comunidade de inteligência e a melhoria da comunicação entre as agências e o FBI. Assim, também, os esforços para expandir o controle e a identificação nas fronteiras e aumentar a*

<sup>77</sup> Ibidem.

<sup>78</sup> Ibidem.

<sup>79</sup> Ibidem.



Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*inspeção nos portos, especialmente naqueles que servem como locais de concentração para o tráfego de contêineres”.*<sup>80</sup>

f) deverão ser aumentados os esforços para conseguir a paz no Oriente Médio, com os EUA desempenhando o papel **“de um mediador não tendencioso entre os israelenses e os palestinos”**, o que implica no reconhecimento de que a paz deve ser vista como **“uma solução para um problema envolvendo dois estados, devendo satisfazer também as aspirações nacionais dos palestinos”** e, também, proteger Israel dos ataques dos grupos extremistas.<sup>81</sup>

g) a política externa americana deveria esforçar-se mais para chegar às causas da instabilidade e insatisfação que caracterizam o mundo subdesenvolvido. É preciso fazer mais

*“para assegurar educação básica para todo o mundo, para eliminar as tarifas na agricultura e nos têxteis, o que muito contribuiria para estimular o crescimento no mundo em desenvolvimento.”*<sup>82</sup>

III – O papel das instituições e das regras internacionais na manutenção da ordem.

Segundo os autores do documento, neste ponto a diferença entre os conservadores e liberais é enorme: para os primeiros, as instituições e as regras internacionais **“ameaçam negar aos Estados Unidos a sua soberania e a sua liberdade de ação”**, enquanto que para os liberais elas constituem **“a infraestrutura do sistema internacional e, portanto, são centrais para a perseguição dos interesses globais da América”**.<sup>83</sup> Em síntese, dizem os democratas, a atitude conservadora é de que

*“os Estados Unidos querem aliados mas somente se, mas questões de segurança, seus parceiros seguirem a liderança de Washington e forem úteis para as tarefas a cumprir.”*<sup>84</sup>

Já a visão liberal, dizem eles, é outra:

<sup>80</sup> Ibidem.

<sup>81</sup> Ibidem.

<sup>82</sup> Ibidem.

<sup>83</sup> Ibidem.

<sup>84</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Fazendo com que os outros estados atuem dentro de um conjunto de regras e instituições multilaterais, os Estados Unidos reduzem sua necessidade de, continuamente, pressionar e coagir outros estados para seguir a liderança americana. Estados mais fracos, seduzidos por regras de jogo mutuamente aceitas e por uma América mais previsível, trabalharão com os Estados Unidos por vontade própria ao invés de reagir ou se contrapor a nós.”<sup>85</sup>*

Para os liberais, os perigos que hoje estão despontando, como o terrorismo transnacional e a proliferação das armas de destruição em massa, somente poderão ser combatidos através de formulas cada vez amplas de cooperação:

*“O uso da força pode ser uma ferramenta necessária ocasionalmente mas um programa de longo prazo para o combate ao terrorismo e à proliferação das armas de destruição em massa está vinculado à coleta de informações e às medidas compartilhadas para a implementação da lei, à ‘construção do estado’ e às sanções multilaterais.”<sup>86</sup>*

#### IV – A importância da legitimidade

Segundo os autores, quando a administração Bush levou o caso do Iraque ao Conselho de Segurança, fê-lo para procurar a aprovação do Conselho para uma decisão que já tinha tomado e não para se engajar de boa fé numa discussão que levasse a uma solução aceitável para todos, isto porque, para eles, a legitimidade é algo que só diz respeito à América, à aprovação dos cidadãos e das instituições americanas; tendo absoluta confiança na nobreza das intenções americanas e no fato de seus atos serem guiados pelo direito, julgam que a preocupação com a opinião de outros estados é prova de fraqueza.

O ponto de vista liberal é totalmente diferente:

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Para a perspectiva do realismo liberal, a legitimidade é um aspecto intrínseco do poder. Preocupar-se com a legitimidade não é ceder o poder americano para as Nações Unidas ou para qualquer outro organismo. Pelo contrário, é exercer o poder de forma que continue a atrair o apoio dos outros. Sucessivos presidentes americanos acharam meios de proceder assim porque compreenderam que legitimar o poder americano significava mudar a coerção e a dominação em autoridade e concordância. Na famosa formulação de Jean-Jaques Rousseau no Contrato Social, ‘O mais forte nunca é forte o bastante para ser sempre o mestre, exceto se ele transforma a força em direito e obediência ao dever’.”<sup>87</sup>*

#### V – O gerenciamento dos déficits do comércio e da economia mundial

Embora, afirmam esses autores, a administração Bush venha nominalmente apoiando os princípios do livre comércio, ela na prática tem reforçado as práticas protecionistas, impondo tarifas sobre o aço e madeira, cotas aos produtos têxteis chineses e aumentando os subsídios agrícolas, na contramão das regras de um mercado livre. Os liberais têm idéias muito diferentes:

*“Uma política externa democrata deverá estar vinculada ao livre comércio não só na teoria mas na prática, e acoplada a medidas domésticas para abrandar o impacto da globalização sobre o trabalhador americano; deverá incluir ainda normas sobre o trabalho e meio-ambiente nos acordos de comércio.”<sup>88</sup>*

Para eles, **“se a América necessita de novos gastos para combater o terrorismo, o país deve pagar a conta”** e não pode reduzir impostos; será necessário também reduzir a dependência dos EUA ao petróleo do Oriente Médio, através da redução do consumo doméstico, em especial pelo aumento da eficiência dos motores dos automóveis, e do desenvolvimento de formas alternativas de energia.

#### 4.3 – A Democracia Compassiva

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Ao comentar o artigo “Real Demokratik”, Tom Barry deu à proposta nele implícita a denominação de **“democracia compassiva”**.<sup>89</sup> Clifford Kupchan, autor do artigo, é vice-presidente do “Nixon Center”, uma instituição conservadora moderada; ele procura aí definir uma nova política externa que coloque o Partido Democrata de volta à trilha que o alinhará com a comunidade internacional e com a América.<sup>90</sup>

Para Kupchan, os americanos **“querem uma política externa que reflita a realidade do poder dos EUA mas permaneça fiel aos valores dos quais têm orgulho”**.<sup>91</sup>

Apesar do fracasso da ocupação do Iraque, a democracia compassiva **“acredita que o mundo unipolar é bom em termos normativos e empiricamente inevitável”**.<sup>92</sup>

A política externa democrata deve aproveitar-se da atual unipolaridade para prolongar e melhorar a **“ordem benevolente”** e assim perseguir os interesses vitais dos EUA. Para o autor do artigo, somente uma ordem liderada pelos EUA pode trazer estabilidade ao turbulento mundo pós-11 de setembro e esta ordem é a única que pode facilitar **“a difusão, onde apropriado, da democracia e dos direitos humanos.”**<sup>93</sup>

A crítica feita a Bush não é, pois, em relação à primazia dos EUA mas ao unilateralismo e à falta de preocupação com a legitimidade.

Segundo Kupchan, não há riscos, pelos menos nas próximas décadas, de que qualquer nação ou grupo de nações procure se antepor aos EUA porque a supremacia americana tem trazido **“uma estabilidade sem precedentes no que concerne a conflitos interestatais”** assim também como **“um sistema de comércio relativamente aberto que beneficia a todos”**. Desta forma, o retorno a uma ordem baseada em equilíbrio de poderes é, pois, inimaginável, pelo menos a médio termo. Afinal, **“o fosso entre os EUA e os outros estados é demasiado grande para que a competição dê frutos.”**<sup>94</sup>

Embora não seja por princípio um multilateralista, Kupchan acredita que a política dos EUA deveria dar todas as oportunidades para a tomada de decisão multilateral:

<sup>89</sup> Barry, op.cit.

<sup>90</sup> “Real Demokratik”, Clifford Kupchan, “National Interest”, Fall 2004, 3. – [http://www.findarticles.com/p/articles/mi\\_m2751/is\\_77/ai\\_n6353160](http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m2751/is_77/ai_n6353160)

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Ibidem.

<sup>93</sup> Ibidem.

<sup>94</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“Jogando de acordo com as regras consensuais das instituições internacionais, tais como a ONU e a OMC, é uma outra maneira de um estado hegemônico poder se juntar a outros estados e reassegurar-lhes que o seu poder é benigno.”<sup>95</sup>*

A grande estratégia dos EUA, diz ele, deve manter-se alinhada com o **“veio moralista na política externa americana”**. É importante que se preste mais atenção aos estados decadentes (estados onde o governo não tem mais condições de cumprir com as suas obrigações), à melhoria das condições de vida na África e nos demais países em desenvolvimento, à promoção judiciosa da democracia e dos direitos humanos, sem deixar de liderar a campanha para a adoção de uma nova agenda que inclua entre os seus tópicos **“a doença, o crime organizado, a mudança de clima, o comércio de drogas e o tráfico de pessoas.”<sup>96</sup>**

E ele conclui dizendo que, assim, a América manterá a sua hegemonia e não se desviará, nem deixará que os demais países atrapalhem, de seus três interesses vitais: **“conduzir a guerra contra o terror, fazer avançar o regime de não-proliferação e garantir o suprimento seguro de energia.”<sup>97</sup>**

## 5. Uma Concepção de Centro-Esquerda

Embora o artigo que serviu de base para esta seção<sup>98</sup> não apresente uma nova grande estratégia para a formulação da política externa americana, ao oferecer uma nova estratégia contra o terrorismo dá uma perspectiva da política externa que difere das demais escolas. John Gershman, principal autor do artigo, é diretor do “Global Affairs Program of the International Relations Center (IRC); “o artigo foi escrito por uma equipe de “Task Force on Terrorism of Foreign Policy in Focus”, que é um projeto conjunto do IRC e do “Institute for Policy Studies (IPS)”<sup>99</sup>.

<sup>95</sup> Ibidem.

<sup>96</sup> Ibidem.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> “A Secure America in a Secure World”, John Gershman, in “Foreign Policy in Focus”, 2004, 8p. – <http://www.fpiif.org/papers/04terror/index.html>

<sup>99</sup> Barry, op.cit.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Para os autores, a **“guerra ao terrorismo”** de Bush **“tornou os americanos mais vulneráveis e não mais seguros”** já que o caminho escolhido **“enfraqueceu as instituições multilaterais e malbaratou a boa vontade internacional.”**<sup>100</sup>

Segundo eles, o fracasso de Bush deve ser atribuído a seis fatores:

I – excessiva ênfase em dar aos problemas atuais uma resposta militar não especificamente voltada para o combate ao terrorismo:

*“... somente cerca de um terço do aumento do orçamento do Pentágono, no ano fiscal 2003 (FY2003) sobre os orçamentos pré-11 de setembro, serviu para financiar programas e atividades intimamente relacionados com a segurança do território nacional ou com operações de contra-terrorismo.”*<sup>101</sup>

II – fracasso na troca de informações de inteligência.

*“A Casa Branca fracassou em desenvolver melhores mecanismos para compartilhar informações críticas, tanto entre as agências de inteligência como entre as agências federais e as locais.”*<sup>102</sup>

III – enfraqueceu a democracia e as liberdades civis.

A diminuição da transparência nos atos governamentais compromete a democracia e o Ato Patriota impôs uma série de restrições às liberdades civis garantidas pelo “Bill of Rights”, sem que essas medidas tenham contribuído para localizar terroristas.

IV – enfraqueceu a segurança no território nacional.

Não tendo tomado providências com relação à segurança de setores críticos controlados pelo setor privado (cerca de 85% do total), nem tendo dado fundos suficientes para organizações

<sup>100</sup> Gersham, op.cit.

<sup>101</sup> Ibidem.

<sup>102</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

chaves para a segurança interna – como a Guarda Costeira e a Agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras – diminuiu a segurança interna.

V – enfraqueceu as instituições internacionais.

A administração Bush mostrou-se hostil a todo um grupo de instituições multilaterais, essenciais para a implementação e reforço da lei e segurança internacionais,

*“desde a Corte Criminal Internacional até praticamente todos os esforços que vêm sendo feitos para o controle multilateral de armas e para o desarmamento, incluindo as Convenções das Armas Químicas e Biológicas, o Tratado ABM [mísseis antibalísticos], e o Tratado para o Banimento Total de Testes Nucleares.”<sup>103</sup>*

VI – fracassou no combate às causas básicas do terrorismo.

A administração Bush não conseguiu identificar as causas básicas do terrorismo internacional e os contextos políticos e sociais que fomentam o surgimento do terrorismo, como os regimes repressivos, os estados decadentes e a existência da fome e da desigualdade em muitas regiões do globo.

A nova visão proposta pelos autores do artigo é mudar a ênfase da “guerra ao terrorismo” para

*“o reforço dos setores públicos civis e para o aumento da cooperação internacional necessária para prevenir e responder aos ataques terroristas.”<sup>104</sup>*

Embora reconhecendo o evidente papel a ser desempenhado pelos militares, chamam a atenção de que eles são apenas atores de apoio.

Assim, os autores do artigo propõem uma nova agenda, composta por quatro itens.

I – reforçar a segurança do território nacional.

a) através de melhor coleta de informações e supervisão mais eficiente delas.

<sup>103</sup> Ibidem.

<sup>104</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*“O fato relevante quanto à capacidade de inteligência para o combate doméstico ao terrorismo não diz respeito à escolha de forma de organização (isto é, a questão não está em melhorar as capacidades do FBI ou em criar uma nova instituição doméstica de inteligência) mas em envidar esforços para reconquistar as liberdades civis e reforçar a supervisão judicial e do Congresso sobre as operações de inteligência.”<sup>105</sup>*

b) através do reforço da segurança nas fronteiras.

Para tanto, prover fundos adequados para as agências e programas ligados à segurança, como a Guarda Costeira, a Agência de Alfândega e Proteção de Fronteiras e a Iniciativa para Segurança de Contêineres.<sup>106</sup>

c) através da proteção da infraestrutura crítica, em especial as usinas nucleares, a indústria química, o agronegócio, os sistemas computacionais (como os que controlam o tráfego aéreo, as usinas elétricas, a rede bancária, os sistemas de comunicação, etc).

d) através do apoio aos órgãos que são responsáveis por medidas de segurança, como bombeiros, polícias, órgãos de defesa civil e serviços públicos de saúde.

e) através de medidas que impeçam os terroristas de obter armas, como o reforço às convenções internacionais que tratam de armas de destruição em massa e seus veículos; o fim do programa Guerra nas Estrelas, que engendra uma falsa confiança; o melhor controle das armas e materiais usados para sua fabricação, em especial na Rússia e nos países da antiga União Soviética.

II – reforçar os sistemas legais tanto nacionais como internacionais para que se possa responder com rapidez e eficácia aos terroristas.

Algumas iniciativas podem ser tomadas:

a) expandir a cooperação internacional entre as polícias;

b) adotar os princípios já existentes para os processos de crimes contra a humanidade também para o terrorismo;

<sup>105</sup> Ibidem.

<sup>106</sup> A Iniciativa para Proteção de Contêineres é uma medida adotada pelos EUA que facilitará o trânsito nos EUA de contêineres provenientes de um país que tenha aderido à Iniciativa, que implica na verificação rigorosa dos contêineres por agentes alfandegários americanos antes de ser fechado.



Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

c) reforçar as instituições de direito internacional dando apoio à criação de tribunais especiais para o julgamento de terroristas internacionais; e

d) prover assistência técnica a nações que a necessitam para implantar todas as recomendações do “Financial Action Task Force” que dizem respeito à lavagem do dinheiro e financiamento do terrorismo.

Nas circunstâncias em que o emprego da força seja necessário, justifica-se atuar através de organizações internacionais, tanto em termos normativos como programáticos. O uso da força deveria exigir uma autorização específica do Conselho de Segurança, que inclua objetivos específicos e um cronograma e, preferencialmente, as operações militares deveriam ficar sob o controle das Nações Unidas. Em qualquer caso, diz Gershman, o uso da força deveria estar conforme a lei humanitária e os princípios tradicionais da **“guerra justa”**.

III – defender e promover a democracia no país e no exterior.

Os valores americanos não podem ser sacrificados na luta contra o terrorismo. O Ato Patriota é a maior ameaça às liberdades civis nos EUA atualmente. Ao forjar alianças contra o terrorismo, a administração deveria

*“reforçar as restrições ao fornecimento de ajuda militar, de armas e de treinamento aos regimes que sistematicamente violam os direitos humanos.”<sup>107</sup>*

IV – atacar as causas básicas do terrorismo:

*“Atacar as causas básicas é uma forma de garantir que os esforços de grupos terroristas para mobilizar apoio encontrem um clima tão inhóspito quanto possível nos campos social, econômico e político.”<sup>108</sup>*

Entre as medidas necessárias, os autores apontam a necessidade de reforçar e democratizar as Nações Unidas e outras instituições multilaterais; de pôr fim ao apoio aos regimes repressivos, de dar o tratamento adequado aos estados decadentes; de reorientar a política dos EUA no Oriente Médio e na Ásia; de combater a pobreza e a desigualdade; de ajudar

<sup>107</sup> Ibidem.

<sup>108</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

os estados a prover os serviços básicos a seus cidadãos; de promover uma política energética com ênfase na conservação, na eficácia e nas fontes renováveis, de modo a reduzir a dependência dos EUA ao petróleo.

A posição do grupo com relação ao conflito entre Israel e os palestinos é clara:

*“Os Estados Unidos devem continuar seu apoio moral e estratégico à soberania de Israel, mas há uma distinção entre o direito de Israel de existir e o apoio à ocupação da Margem Ocidental e de Gaza”.*<sup>109</sup>

## 6. Conclusão

Sobre a política externa americana, diz Kissinger:

*“Devido a peculiaridades que a América tem atribuído a si mesma ao longo de sua história, ela tem produzido duas atitudes contraditórias em relação à política externa. A primeira é de que a América serve melhor a seus valores quando aperfeiçoa a democracia dentro de casa, atuando, então, como um farol para o resto da humanidade; a segunda, é de que os valores da América lhe impõem a obrigação de se lançar numa cruzada mundial.”*<sup>110</sup>

Isto explicaria a eterna oscilação entre duas tendências opostas na política externa americana: o isolacionismo, *“que reflete a nostalgia de um passado puro”* e o intervencionismo, que reflete *“a aspiração por um futuro perfeito.”*<sup>111</sup>

Ele mesmo chama a atenção, porém, que essas duas atitudes aparentemente tão contraditórias decorrem de uma característica única: a convicção da superioridade moral da América, convicção que ora sugere isolá-la do resto do mundo, para que ela não se contamine, ora que ela se lance numa cruzada mundial para transformar o mundo, pela difusão dos valores americanos:

*“Assim, as duas atitudes, a isolacionista e a missionária, tão contraditórias na superfície, refletem uma fé fundamental comum: que os Estados Unidos têm o melhor sistema de governo do mundo e que o resto da humanidade pode obter paz e*

<sup>109</sup> Ibidem.

<sup>110</sup> “Diplomacy”, Henry Kissinger, Simon & Schuster Pub, New York, 1994, 912 p, pág. 18.

<sup>111</sup> Ibidem.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*prosperidade abandonando a diplomacia tradicional e adotando a reverência que a América tem pela lei internacional e a democracia.”<sup>112</sup>*

Os fundamentos morais da conduta da América implicam na renúncia ao emprego dos meios que os outros estados normalmente utilizam para garantir a sua segurança e satisfazer os seus interesses. A crítica ao modelo europeu do equilíbrio de poder – em que as relações entre os estados são definidas em função dos interesses egoísticos de cada um – era, pois, inevitável. Essa atitude idealista americana em relação à política externa criou um dilema importante: a segurança do país ficaria subordinada à moralidade ou a devoção do país à ética conferiria, mesmo aos seus atos mais claramente associados a seus interesses, uma aura de legitimidade?

A teoria do “destino manifesto”, assumida após 1820 – os Estados Unidos, em virtude de sua força moral tinham o dever de converter o mundo aos seus valores – acharam uma saída para o dilema: os EUA continuariam a condenar o que se passava do outro lado do oceano, as desastrosas conseqüências da adoção do equilíbrio de poder, enquanto cuidava da sua expansão no continente americano, uma conseqüência do destino manifesto.

A crítica ao equilíbrio de poder europeu deu origem a um dos pontos centrais da política externa americana: não se deixar envolver nos problemas da Europa. Quase como um corolário dessa política, a Doutrina Monroe, de 1823, estabeleceu, de forma unilateral, que a Europa não se envolveria nas questões no continente americano, deixando os EUA com as mãos livres para expandir-se a oeste do Atlântico.

A Doutrina Monroe não era uma mera declaração de princípios pois atestava que os Estados Unidos estavam dispostos a ir à guerra para manter a inviolabilidade do Hemisfério Ocidental, considerando qualquer extensão das potências européias **“para qualquer porção deste hemisfério como perigosa para a nossa paz e segurança.”<sup>113</sup>**

Kissinger explicita os efeitos da Doutrina:

*“Sob o guarda-chuva da Doutrina Monroe, a América podia seguir políticas que não eram totalmente diferentes dos sonhos de qualquer rei europeu – expandir seu comércio e influência pela anexação de território – em síntese, transformar-se numa Grande Potência sem ser obrigada aplicar uma política de poder. O desejo da América*

<sup>112</sup> Ibidem.

<sup>113</sup> Ibid, pág. 35.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*de expandir-se e sua crença de que era um país mais puro e de mais princípios de que qualquer país europeu nunca colidiram. Já que não considerava sua expansão como fruto de sua política externa, os Estados Unidos puderam usar o seu poder para prevalecer – sobre os índios, sobre o México, no Texas – e assim agir com a consciência tranqüila.”<sup>114</sup>*

Ao longo do tempo, o escopo da Doutrina Monroe foi tendo interpretação cada vez mais ampla, servindo, em 1845, para justificar a incorporação do Texas. Nas palavras do Presidente Polk, a anexação do Texas tornou-se necessária para impedir que um estado independente viesse a se tornar **“um aliado ou uma dependência de alguma nação estrangeira mais poderosa do que ele”** e, portanto, uma ameaça para a segurança americana.<sup>115</sup> Mais tarde, em 1868, o Presidente Jackson usou a Doutrina para justificar a compra do Alasca.

O extraordinário desenvolvimento dos EUA no final do século XIX, que se estenderia pelo século XX – mais preciosamente ele teve início após a Guerra de Secessão (1861-5) – tornou impossível aos EUA manter-se fora da arena internacional. A Guerra Espano-Americana de 1898 marcou definitivamente a entrada do país na arena mundial como uma grande potência, capaz de atuar, com o seu crescente poder naval, em dois oceanos: nas Filipinas e Guam e, simultaneamente, em Cuba.

Mas foi Theodore Roosevelt como presidente que marcou a posição internacional do país. Diz Kissinger:

*“Os dois oceanos não eram mais suficientemente largos para isolar a América do resto do mundo. Os Estados Unidos tinham que se tornar um ator do palco internacional (...) Nenhum outro presidente definiu o papel mundial da América tão completamente em termos de interesse nacional, ou identificou o interesse nacional de maneira tão ampla com o equilíbrio de poder.”<sup>116</sup>*

Theodore Roosevelt deu ainda à Doutrina Monroe sua interpretação mais intervencionista, identificando-a com as doutrinas imperialista do período. Em 1904, ele anunciou o Corolário da Doutrina, proclamando que as nações civilizadas teriam o direito de intervir nos países onde o

<sup>114</sup> Ibid, pág. 36.

<sup>115</sup> Citado por Kissinger, op.cit., pág. 36.

<sup>116</sup> Kissinger, op.cit., pág. 39.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

governo agisse mal ou demonstrasse impotência, direito que no Hemisfério Ocidental somente os EUA poderiam exercer.

Sem dúvida, Roosevelt era um realista:

*“Roosevelt impacientava-se com muitas das pieguices que dominavam o pensamento americano sobre política externa. Ele não acreditava na eficácia da lei internacional. O que uma nação não puder proteger com o seu próprio poder, não pode ser protegido pela comunidade internacional.”<sup>117</sup>*

Para Roosevelt, num mundo regulado pelo poder, o conceito de **“esferas de influência”** era fundamental para definir a ordem natural das coisas, estabelecendo sob a influência de que potência determinadas regiões estariam: no Hemisfério Ocidental, os EUA; no sub-continente indiano, o UK e assim por diante.

Por mais poderosas que fossem as razões de Roosevelt, foi o seu sucessor Woodrow Wilson que, usando princípios opostos aos de Roosevelt, conseguiu levar os EUA a ocupar o lugar de uma grande potência, rompendo o isolacionismo do país, ainda que por pouco tempo, e apelando para sua fé **“na excepcional natureza de seus ideais”**, e levando-o a participar da Primeira Guerra Mundial.<sup>118</sup>

Os princípios do Wilsonianismo, enunciados em dezembro de 1913, estabeleciam que a arbitragem obrigatória deveria ser, em lugar do emprego da força, o método usual para resolver as disputas internacionais:

*“Só há um padrão possível pelo qual devemos resolver controvérsias entre os Estados Unidos e outras nações, e ele é composto pelos dois elementos seguintes: a nossa própria honra e as nossas obrigações para com a paz do mundo.”<sup>119</sup>*

Sua postura em relação à 1ª GM – embora inicialmente defendesse o isolacionismo americano, reservando uma posição de mediação para os EUA – era verdadeiramente intervencionista, defendendo, não o afastamento da América dos problemas do mundo, mas, levando em conta a aplicação universal de seus valores, o engajamento dos EUA, na hora

<sup>117</sup> Kissinger, op.cit., pág. 40.

<sup>118</sup> Ibid., pág. 44.

<sup>119</sup> Mensagem Anual ao Congresso, 1913, citado por Kissinger, op.cit., pág. 45.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

devida, para garantir a difusão desses valores pelo resto do mundo. Os seus ideais foram postos a serviço de uma cruzada ideológica:

*“– A missão especial da América transcende a diplomacia do dia a dia e a obriga a servir como um farol da liberdade para o resto da humanidade.*

*- As políticas externas das democracias são moralmente superiores porque o povo é inerentemente, amante da paz.*

*- A política externa deve refletir os mesmos padrões morais que as da ética pessoal.*

*- O estado não tem direito de reivindicar uma moralidade diferente para si.”<sup>120</sup>*

Desde então, tem sido alegado que a falta de egoísmo dos EUA é um dos principais atributos da liderança americana, o que, para Wilson, comprovava o favor divino:

*“Foi como se a Providência Divina tivesse deixado um continente sem uso, esperando que um povo pacífico, amando mais a liberdade e os direitos dos homens do que qualquer outra coisa, viesse ocupá-lo e estabelecesse uma comunidade sem egoísmos”.*

A sua convicção de que a segurança da América era inseparável da segurança de todo o resto do mundo, trazia implícita a idéia de que o dever da América era de se opor à agressão em qualquer lugar do mundo:

*“... porque queremos um desenvolvimento sem obstáculos e dirigir sem perturbação nossas próprias vidas à luz de nossos princípios do direito e da liberdade, ressentimo-nos da agressão, qualquer que seja a direção de onde venha, agressão que nós não praticaremos. Insistimos em ter segurança para prosseguir no caminho que nós mesmos escolhemos para o desenvolvimento nacional. Queremos mais do que isso. Exigimos isso dos outros. Não limitamos nosso entusiasmo pela liberdade individual e pelo livre desenvolvimento nacional aos incidentes e aos assuntos que somente afetam a nós. Sentimo-nos da mesma maneira com relação à qualquer lugar em que haja um povo que tente trilhar os difíceis caminhos da independência e do direito.”<sup>121</sup>*

<sup>120</sup> Kissinger, op.cit., pág. 46.

<sup>121</sup> Mensagem anual ao Congresso, 1915, citado por Kissinger, op.cit., pág. 47.

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

Nem Roosevelt teria tido coragem de pregar um intervencionismo tão grande.

Os 14 Pontos de Wilson e a criação da Liga das Nações, logo após a 1ª GM, a recusa dos EUA de ratificar a grande obra do seu líder, são fatos muito conhecidos, que aqui não precisam ser narrados. A breve resenha até aqui feita serve, entretanto, para uma análise das atuais tendências da política externa americana.

Fica claro que, qualquer que seja a tendência considerada, há uma convicção que se sobrepõe a qualquer outra: a da superioridade moral da América. Em nome de seus nobres ideais – consubstanciados num arraigado amor à liberdade e respeito ao direito – os EUA puderam expandir-se no continente americano e até fora dele e, simultaneamente, criticar os europeus que faziam a mesma coisa só que inspirados no conceito perverso do equilíbrio de poder.

Nos casos em que se atribui a um desígnio divino essa superioridade moral, há uma inevitável associação com o fundamentalismo cristão, que impregna a consciência americana, e o messianismo resultante dá veemência ao discurso político e as decisões refletem a convicção absoluta dos que se sentem inspirados por Deus, eliminando escrúpulos e não deixando remorsos.

A extraordinária continuidade da política externa americana resulta de sua fidelidade a essa convicção: isolacionistas ou intervencionistas apenas divergem quanto à melhor maneira de usar a superioridade moral para converter o mundo; idealistas ou realistas, apesar da diferença aparente dos discursos, procuram impor a vontade americana, seja em nome dos ideais que a inspiram seja em nome dos interesses nacionais; multilateralistas e unilateralistas só divergem no que diz respeito ao quanto de persuasão ou coerção deve se exercer.

Qualquer que seja a tendência da política externa americana analisada, quando está em jogo a segurança dos EUA – mesmo que só eles sintam essa ameaça – as restrições ao uso da violência desaparecem por completo, e a guerra preventiva é aceita, com ou sem a aquiescência da comunidade internacional. Embora a segurança absoluta pareça um objetivo inalcançável, esta parece ser a meta dos dirigentes americanos.

Há um paradoxo claro na visão americana: ciosos ao extremo da sua soberania, só aceitando as regras internacionais quando elas foram ditadas por eles e enquanto atenderem aos seus interesses nacionais, admitem impor aos demais uma “soberania limitada” condicionada aos interesses americanos.

Tanto a “liderança amena” da era Clinton como a “liderança autoritária” de George W. Bush são direcionadas para o pleno atendimento dos interesses dos EUA, só diferindo nos métodos usados para se fazerem prevalecer.

## INTELLECTOR

Ano III	Volume III	Nº 6	Janeiro/Junho 2007	Rio de Janeiro	ISSN 1807-1260
---------	------------	------	--------------------	----------------	----------------

*www.revistaintellector.cenegri.org.br*

A análise das diversas tendências atuais mostra claramente que os atentados de 11 de setembro não mudaram a essência da política externa americana, apenas criaram as condições políticas para o uso de um discurso mais direto e, conseqüentemente, menos polido.

A discussão das diversas correntes fica limitada ao acessório, já que não há diferença no essencial.

